



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**2º EXAME
DE
SELEÇÃO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E
DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

1993



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01) Caracterizam o Estado Federal:
- a) centralização política, Estados Federados Soberanos;
 - b) descentralização política, inexistência de repartição de competências;
 - c) centralização política, existência de Constituições Estaduais;
 - d) descentralização política, Estados Federados Soberanos;
 - e) descentralização política, participação da vontade regional na vontade nacional;
- 02) A Constituição da República de 1988 se caracteriza por ser:
- a) Escrita, promulgada, dogmática, flexível;
 - b) Escrita, promulgada, histórica, rígida;
 - c) Escrita, promulgada, dogmática, rígida;
 - d) Escrita, promulgada, dogmática, semi-rígida;
 - e) Não escrita, outorgada, histórica, flexível;
- 03) Aplicam-se aos servidores da Administração direta, os seguintes direitos sociais, exceto:
- a) salário-mínimo;
 - b) décimo terceiro salário;
 - c) repouso semanal remunerado;
 - d) licença à gestante;
 - e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;

- 04) De acordo com a Constituição Federal de 1988, os seguintes servidores são vitalícios, exceto:
- a) Ministros do Supremo Tribunal Federal;
 - b) Juizes classistas;
 - c) Ministros do Tribunal de Contas;
 - d) Juizes de Direito;
 - e) Membros do Ministério Público;
- 05) Assinale a assertiva correta:
- a) Compete aos Estados, criar, organizar e suprimir distritos;
 - b) Compete privativamente à União legislar sobre informática e telecomunicações;
 - c) Compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre populações indígenas;
 - d) São reservadas aos Municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição;
 - e) Compete aos Municípios legislar privativamente sobre registros públicos;
- 06) Assinale a seqüência correta de classificação das seguintes entidades da Administração indireta e fundacional: CEG (Companhia Estadual do Gás), IPERJ (Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro), LBA (Legião Brasileira de Assistência) e PETROBRÁS:
- a) Sociedade de Economia Mista, Autarquia, Fundação, Empresa pública;
 - b) Fundação, Empresa pública, Sociedade de Economia Mista, Autarquia;
 - c) Empresa pública; Sociedade de Economia Mista, Fundação, Autarquia;
 - d) Empresa pública, Fundação, Autarquia, Sociedade de Economia Mista;
 - e) Empresa pública, Autarquia, Fundação, Sociedade de Economia Mista;

- 07) É livre a criação de partidos políticos, observados os preceitos abaixo, exceto:
- a) caráter nacional;
 - b) proibição de fusão com partido de ideologia contrária;
 - c) proibição de recebimento de recursos de entidade estrangeira;
 - d) prestação de contas à Justiça Eleitoral;
 - e) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei;
- 08) A iniciativa da lei para criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na Administração Direta é da(o):
- a) Congresso Nacional;
 - b) Câmara dos Deputados;
 - c) Senado Federal;
 - d) Presidente da República;
 - e) Procurador Geral da República;
- 09) Assinale a assertiva errada:
- a) As leis orçamentárias caracterizam-se por apresentar natureza de lei temporária;
 - b) A lei que estabelece o orçamento anual é de iniciativa do Poder Legislativo;
 - c) A Lei que estabelece as diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo;
 - d) O plano plurianual caracteriza-se por ser um plano de investimentos públicos;
 - e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração pública federal;
- 10) O Município reger-se-á por:
- a) Constituição municipal;
 - b) Lei ordinária municipal;
 - c) Lei delegada municipal;
 - d) Lei orgânica municipal;
 - e) Lei complementar estadual;

11) É correto afirmar que:

- a) adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de aprovação em concurso público;
- b) os servidores públicos vitalícios só perdem o cargo em virtude de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- c) ao adquirir estabilidade os servidores públicos jamais perderão o cargo;
- d) os servidores nomeados em virtude de concurso público adquirem imediatamente a estabilidade;
- e) os servidores públicos vitalícios têm o direito de permanecer no cargo durante um tempo limitado;

12) Constituem instrumento de democracia direta previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, exceto:

- a) Leis de iniciativa do eleitorado;
- b) referendo;
- c) recall;
- d) plebiscito;
- e) ação popular;

13) Assinale a alternativa incorreta:

É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Exigir ou aumentar tributo sem que a lei estabeleça;
- b) Utilizar tributo com efeito de confisco;
- c) Instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos;
- d) Instituir imposto cumulativo;
- e) Instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

14) Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade:

- a) O Presidente da República;
- b) A mesa do Senado Federal;
- c) Os Governadores dos Estados;
- d) O Presidente do Tribunal de Contas;
- e) O Procurador Geral da República;

15) São Impostos Estaduais:

- a) Sobre a transmissão de bens causa mortis, sobre propriedade territorial rural e sobre circulação de mercadorias;
- b) Sobre circulação de mercadorias, sobre produtos industrializados, sobre propriedade de veículos automotores;
- c) Sobre transmissão de bens causa mortis, sobre importação de produtos estrangeiros, sobre a propriedade territorial rural;
- d) Sobre circulação de mercadorias, sobre rendas e proventos, sobre propriedade de veículos automotores;
- e) Sobre transmissão de bens causa mortis, sobre circulação de mercadorias, sobre propriedade de veículos automotores;

16) A Ação Popular visa a:

- a) Impedir o trânsito em julgado de ação rescisória;
- b) Declarar a inconstitucionalidade de lei estadual face a Constituição Federal;
- c) Anular ato declaratório das juntas eleitorais sobre o resultado da eleição;
- d) Anular ato lesivo ao patrimônio público;
- e) Assegurar a permanência dos efeitos de uma medida provisória;

17) O Mandado de Segurança destina-se a:

- a) Proteger direito líquido e certo contra abuso do poder de autoridade pública;
- b) Impedir o trânsito em julgado de acordo do Supremo Tribunal Federal;
- c) Manter cautelarmente o efeito suspensivo da apelação;
- d) Proteger direitos coletivos contra atos de entidades privadas que afetam o meio-ambiente;
- e) Resguardar exclusivamente os interesses dos partidos políticos contra atos do Tribunal Superior Eleitoral;

18) Qual das seguintes assertivas está incorreta;

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo Federal ou Estadual;
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros;
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar mediante recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição;
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações interpostas contra Atos Administrativos dos Secretários Estaduais;
- e) Os Ministros do Supremo são nomeados pelo Presidente da República após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;

19) Assinale a alternativa incorreta:

Cabe à Lei Complementar em matéria Tributária:

- a) Dispor sobre conflito de competência entre os entes tributantes;
- b) Regular as limitações constitucionais em matéria de legislação Tributária;
- c) Dispor sobre prescrição e decadência Tributários;
- d) Dispor sobre o rito processual da execução da Dívida Ativa;
- e) Dispor sobre a definição do fato gerador do tributo;

20) Não haverá prisão civil por dívida, salvo:

- a) Por inadimplemento de dívidas de cartão de crédito;
- b) Por falta de pagamento de aluguel comercial;
- c) Por falta de pagamento de dívidas oriundas de acidente de trânsito com vítimas;
- d) Por falta de pagamento de duplicatas;
- e) Por falta de pagamento de obrigação alimentar;

DIREITO CIVIL

- 21) A personalidade civil da pessoa natural começa:
- a) aos 16 anos;
 - b) aos 21 anos;
 - c) no dia da emancipação;
 - d) quando da concepção;
 - e) quando do nascimento com vida;
- 22) O registro público de uma associação a torna:
- a) uma sociedade de fato;
 - b) uma pessoa natural;
 - c) uma pessoa jurídica de direito privado;
 - d) uma pessoa jurídica de direito público;
 - e) uma sociedade irregular;
- 23) Os ... consideram-se domiciliados onde exercem as suas funções:
- a) funcionários públicos;
 - b) empregados rurais;
 - c) funcionários privados;
 - d) pródigos;
 - e) empregados domésticos;
- 24) Considera-se ... o lugar onde uma pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo.
- a) domicílio comercial;
 - b) domicílio civil;
 - c) domicílio eleitoral;
 - d) residência;
 - e) foro de eleição;

- 25) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar:
- a) 90 dias após a publicação oficial;
 - b) 60 dias após a publicação oficial;
 - c) 45 dias após a publicação oficial;
 - d) 30 dias após a publicação oficial;
 - e) no dia da sua promulgação;
- 26) O ato jurídico praticado com relação a um objeto ilícito é considerado:
- a) nulo;
 - b) anulável;
 - c) inexistente;
 - d) subordinado a condição;
 - e) subordinado a termo;
- 27) As flores de um jardim público são consideradas:
- a) bens móveis;
 - b) bens imóveis;
 - c) acessões;
 - d) semoventes;
 - e) benfeitorias;
- 28) Denomina-se ... aquele que causa prejuízo a outrem, praticado por uma pessoa com negligência:
- a) fato jurídico;
 - b) ato jurídico;
 - c) ato ilícito;
 - d) ato lícito;
 - e) ato imperfeito;

- 29) As ações contra a Fazenda Estadual prescrevem em:
- a) 10 anos;
 - b) 5 anos;
 - c) 3 anos;
 - d) 2 anos e meio;
 - e) 1 ano;
- 30) Os bens móveis passíveis de substituição por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade, denominam-se:
- a) bens inalienáveis;
 - b) bens semoventes;
 - c) bens infungíveis;
 - d) bens comuns;
 - e) bens fungíveis;
- 31) O ato da aceitação da proposta de um contrato com ressalvas importa em:
- a) formação de contrato;
 - b) nova proposta;
 - c) aceitação condicional;
 - d) condição resolutiva;
 - e) ato ilícito;
- 32) Ocorre... quando a lei nova trata de todo o assunto da lei antiga, sem revogá-la expressamente:
- a) abrogação;
 - b) subrogação;
 - c) derrogação;
 - d) confusão;
 - e) conflito legal;

- 33) As ações reais prescrevem, entre presentes, em:
- a) 20 anos;
 - b) 15 anos;
 - c) 10 anos;
 - d) 5 anos;
 - e) 3 anos;
- 34) Os melhoramentos sobrevindos à coisa sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor:
- a) não se consideram benfeitorias;
 - b) se consideram benfeitorias voluptuárias;
 - c) se consideram benfeitorias necessárias;
 - d) se consideram acessões;
 - e) se consideram benfeitorias úteis;
- 35) Considera-se ... a subordinação do início da eficácia de um ato jurídico a um evento futuro e incerto:
- a) condição resolutiva;
 - b) cláusula resolutória tácita;
 - c) cláusula resolutória expressa;
 - d) termo inicial;
 - e) condição suspensiva;
- 36) Chama-se ... o direito futuro, se a sua aquisição depende apenas do arbítrio do próprio sujeito, titular do direito:
- a) natural;
 - b) potestativo;
 - c) deferido;
 - d) não deferido;
 - e) real;

- 37) Age ... aquele que repele injusta agressão, atual, a direito seu ou de terceiro, com moderação:
- a) no exercício regular de um direito;
 - b) em estado de necessidade;
 - c) em legítima defesa;
 - d) contra a lei;
 - e) arbitrariamente;
- 38) Uma moça de 16 anos e meio figura como vendedora de um imóvel de sua propriedade, numa escritura pública, sem ser assistida por seu representante legal. O ato é:
- a) nulo;
 - b) ilícito;
 - c) anulável;
 - d) condicional;
 - e) aleatório;
- 39) As correções a texto de uma lei vigente consideram-se:
- a) simples correção;
 - b) retificação;
 - c) emenda legislativa;
 - d) re-ratificação;
 - e) lei nova;
- 40) A decadência:
- a) se interrompe apenas uma vez;
 - b) interrompida recomeça a correr por igual prazo;
 - c) se interrompe por mera notificação extrajudicial;
 - d) não se interrompe;
 - e) se interrompe por protesto judicial;

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41) Sobrevindo, no curso do processo, norma processual nova revogadora da anterior, qual a solução correta a ser adotada?

- a) Leva-se em conta a unidade processual e adota-se até o término do processo a lei anterior, sob pena de dar efeito retroativo à lei nova;
- b) Considera-se tão-somente as fases processuais, como fases distintas e exige-se apenas que os atos praticados dentro de cada fase sejam regidos pela mesma norma;
- c) Admite-se o isolamento dos atos processuais e os atos já praticados, independentemente da fase, continuam regidos pela norma anterior, aplicando-se a norma nova aos atos a serem praticados;
- d) As partes podem transacionar quanto à norma a ser aplicada;
- e) A decisão caberá ao prudente arbítrio do Juiz;

42) São condições da ação:

- a) a legitimidade, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido;
- b) a competência, a tempestividade e o procedimento adequado;
- c) a legitimidade, a competência e a possibilidade jurídica do pedido;
- d) o interesse de agir, a tempestividade e a legitimidade;
- e) a possibilidade jurídica do pedido, a tempestividade e a competência;

- 43) O Juiz julgará extinto o processo sem julgamento do mérito:
- a) quando as partes transigirem;
 - b) quando o Juiz acolher alegação de ilegitimidade passiva formulada pelo Réu;
 - c) quando o Juiz acolher a alegação de prescrição;
 - d) quando o Réu reconhecer juridicamente o pedido formulado pelo Autor;
 - e) quando o Juiz julgar procedente a ação;
- 44) Antes de discutir o mérito, impõe o Código de Processo Civil, que o Réu na Contestação alegue como preliminar:
- a) suspeição do Juiz;
 - b) incompetência absoluta;
 - c) impedimento;
 - d) incorreção do valor da causa;
 - e) incompetência relativa;
- 45) Na Constituição Federal de 1988, a competência para processar e julgar os conflitos de competência entre os Tribunais Superiores é do:
- a) Supremo Tribunal Federal;
 - b) Superior Tribunal de Justiça;
 - c) Tribunal de Justiça;
 - d) Tribunal Regional Federal;
 - e) Tribunal Superior do Trabalho;
- 46) O instituto processual que impede às partes discutir no curso do processo questões já decididas pelo Juiz, impugnadas ou não através de recurso é:
- a) a decadência;
 - b) a prescrição;
 - c) a preclusão;
 - d) a conexão;
 - e) a continência;

47) São auxiliares permanentes da Justiça:

- a) Oficial de Justiça e o Juíz;
- b) O Escrivão e o Juíz;
- c) O Oficial de Justiça e o Escrivão;
- d) O Escrivão e o Intêrprete;
- e) O Escrivão e o Avaliador;

48) É da competência da autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

- a) Conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;
- b) Conhecer de qualquer ação quando o réu for domiciliado no Brasil;
- c) Conhecer de ação quando no Brasil tiver que ser cumprida a obrigação;
- d) Conhecer de ação que se origine de fato ocorrido ou praticado no Brasil;
- e) Conhecer de ações relativas a móveis e a imóveis, situados no Brasil;

49) No julgamento da causa, as questões suscitadas pelas partes são decididas na seguinte ordem:

- a) questão prejudicial, questão de mérito e questão preliminar;
- b) questão de mérito, questão preliminar e questão prejudicial;
- c) questão preliminar, questão prejudicial e questão de mérito;
- d) questão de mérito, questão prejudicial e questão preliminar;
- e) questão preliminar, questão de mérito e questão prejudicial;

50) A Fazenda Pública tem prazo:

- a) em dobro para contestar e quadrúplo para recorrer;
- b) em quadrúplo para contestar e em dobro para apresentar resposta a recurso;
- c) em dobro para contestar e comum para recorrer;
- d) em quadrúplo para contestar e em dobro para recorrer;
- e) em dobro para contestar e recorrer.

* * * * *

20

RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA
1 DE DEZEMBRO DE 1993
ANO XIX • N.º 226 • PARTE I

Procuradoria-Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
A V I S O

O PROCURADOR CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DE ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, divulga os gabaritos do Exame de Seleção realizado no dia 27 de novembro de 1993:

DIREITO CONSTITUCIONAL

1-E, 2-C, 3-E, 4-B, 5-B, 6-E, 7-B, 8-D, 9-B, 10-D, 11-A, 12-C, 13-D, 14-D, 15-E, 16-D, 17-A, 18-D, 19-C e 20-E.

DIREITO CIVIL

21-E, 22-C, 23-A, 24-B, 25-C, 26-A, 27-B, 28-C, 29-B, 30-E, 31-B, 32-A, 33-C, 34-A, 35-E, 36-C, 37-C, 38-C, 39-E e 40-D.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41-C, 42-A, 43-B, 44-B, 45-A, 46-C, 47-C, 48-A, 49-C e 50-D.

E D I T A L

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS E COORDENADOR DO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, comunica aos candidatos que será realizada no próximo dia 06 de dezembro de 1993, com início às 14:00 h, a identificação das provas.

A identificação será processada no Auditório Machado Guimarães situado na rua Dom Manuel nº 25, térreo - Centro, com o atendimento pela ordem alfabética, adotando-se o mesmo critério utilizado para a distribuição dos candidatos por local de prova;

O candidato deverá apresentar o comprovante de inscrição ou carteira de identidade. A ausência do candidato não impedirá a identificação de sua prova. Em nenhuma hipótese será realizada segunda chamada de identificação de prova.

O candidato poderá ser representado por procuração instruído com o respectivo instrumento de mandato.

O resultado final do exame de seleção, com as respectivas classificações pelos locais de inscrição, será publicado no Diário Oficial de 09 de dezembro de 1993, Parte II.